

	Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos) - por hora de curso.	23	12	0	0	0	35
	Elaboração de relatórios/registros de achados do monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	18	0	0	0	18
	Elaboração e análise de normativos, instruções e orientações relacionadas às áreas de atuação da STPC.	2	0	0	0	0	2
	Execução de ações de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	50	29	0	0	0	79
	Geração/Validação de dados e informações a serem publicados em sistemas e painéis sob a responsabilidade da STPC de modo a mantê-los atualizados (Painel de Dados Abertos, Painel LAI, Painel de Integridade Pública, MBT, etc).	1	1	0	0	0	2
	Homologação de funcionalidades de sistemas sob a gestão da STPC após desenvolvimento de TI (Portal da Transparência, eSIC, SeCI etc).	2	0	0	0	0	2
	Planejamento de eventos realizados pela STPC (workshops, cursos, conferências, palestras etc).	0	2	0	0	0	2
	Produção e consolidação de conteúdo (relatórios, planos, estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários e outros similares).	52	24	1	2	0	79
	Produção e revisão de documentos relacionados à participação do Brasil nos foros internacionais anticorrupção (comentários da CGU a propostas de princípios, guias, relatórios sobre os temas debatidos nos foros, discursos, apresentações etc).	0	2	0	0	0	2
	Produção e revisão de pedidos de cooperação jurídica internacional.	0	1	0	0	0	1
	Resposta e consolidação a demandas externas de cidadãos, academia, imprensa e similares.	2	12	0	0	0	14
	Revisão de relatório de avaliação de programa de integridade.	1	0	0	0	0	1
	Revisão de relatórios/registo de achados de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	9	0	0	0	9
Análise de Atos Normativos	Análise de Dados da CENOR.	2	0	0	0	0	2
	Análise e instrução de processos de Acordos de Cooperação (por processo).	45	0	0	0	0	45
	Atendimento a consulta - informações/e-mails ao consulente (por demanda).	2	0	0	0	0	2
	Definição de requisitos de pesquisas da CENOR.	1	0	0	0	0	1
	Definição do campo de pesquisa da CENOR.	1	0	0	0	0	1
	Elaboração de normativos (por peça).	11	0	0	0	0	11
	Extração e compilação de dados de pesquisas da CENOR.	1	0	0	0	0	1
	Monitoramento das respostas de pesquisas da CENOR.	4	0	0	0	0	4
	Publicação periódica de informações na intranet.	3	0	0	0	0	3
	Validação e análise dos resultados de pesquisas da CENOR.	1	0	0	0	0	1
Comunicação Social	Atendimento de demandas de imprensa.	2	0	0	0	0	2
	Atualização e manutenção (por demanda) dos canais institucionais da CGU na internet e/ou na intranet.	2	4	0	0	0	6
	Criação de identidade visual para eventos institucionais.	1	1	0	0	0	2
	Criação de material institucional (folders, cartazes, adesivos etc).	2	1	0	0	0	3
	Curadoria de conteúdos externos relacionados às ações da CGU para divulgação nas redes sociais oficiais do órgão.	0	1	0	0	0	1
	Diagramação de publicações (cartilhas, revistas, coletâneas etc).	1	0	0	0	0	1
	Monitoramento e análise das métricas das páginas da CGU nas redes sociais.	0	1	0	0	0	1
	Monitoramento e resposta aos comentários de usuários dos perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	0	2	0	0	0	2
	Monitoramento, resposta e/ou encaminhamento à OGU das mensagens privadas enviadas ao Facebook da CGU.	0	2	0	0	0	2
	Planejamento de novas ações (por demanda) da CGU na internet e/ou na intranet.	1	4	0	0	0	5
	Planejamento e criação de conteúdos pontuais para os perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	1	3	0	0	0	4
	Produção/edição de releases e textos jornalísticos.	1	1	0	0	0	2
	Programação de conteúdo para os perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	0	2	0	0	0	2
Operações Especiais	Análise de dados.	13	20	3	0	0	36
	Elaboração de materiais instrucionais - conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos (por hora de curso).	0	1	0	0	0	1
	Elaboração e revisão de procedimentos e orientações (por peça).	0	1	0	0	0	1
	Homologação de sistemas sob a gestão da SFCOPE.	0	1	0	0	0	1
	Produção de conteúdo (estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, texto para site, formulários etc) - SFCOPE.	9	4	0	0	0	13
	Produção de Relatórios e Notas Técnicas - SFCOPE.	4	13	5	0	0	22
	Projetos de capacitação continuada - SFCOPE.	0	2	0	0	0	2
	Revisão de Relatórios e Notas Técnicas.	4	6	0	0	0	10
Piloto do PGD Projetos	Atividade de Projetos.	843	136	65	33	0	1077
TOTAL		12984	10440	3660	186	2	27272

Observações:

1. Atividades de Operações Especiais devem ser apenas numéricas para preservação de sigilo. A descrição fica no âmbito da Unidade Gestora do PGD e da unidade envolvida.
2. 54 servidores compuseram as equipes dos projetos no âmbito do piloto do PGD-Projetos (conforme Portaria nº 2.327/2018). Os dados referentes a esses servidores e às entregas desses projetos constam nos números apresentados neste Relatório.

**Ministério Público da União**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE**

**PORTARIA Nº 5, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 4ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.054927/19-19, que tem como interessado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e Webmed Soluções em Saúde LTDA, referente a apurar todas as circunstâncias das irregularidades envolvendo ilegalidades na aquisição de equipamentos para dosagem de exames AQT 90, equipamentos de gasometria I-STAT e equipamento de gasometria ABL 80.

CLAYTON DA SILVA GERMANO

**Poder Judiciário**

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019**

Presidente: EXMO. SR. CONSELHEIRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Secretária: EXMA. SRA. JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

Às quinze horas e quarenta minutos, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, presentes os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (Corregedora-Geral da Justiça Federal e Vice-Presidente do CJF), PAULO DE TARSO SANSEVERINO, ISABEL GALLOTTI, ANTONIO CARLOS FERREIRA, CARLOS MOREIRA ALVES, ANDRÉ FONTES, THEREZINHA CAZERTA, THOMPSON FLORES e MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT (Membros Efetivos), bem como o Juiz Federal FERNANDO MARCELO MENDES (Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe), o Dr. LUIZ CLAUDIO SILVA ALLEMAND (Representante do Conselho Federal da OAB) e o Subprocurador-Geral da República AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS (Representante do Ministério Público Federal), iniciou-se os trabalhos da sessão.

Inicialmente, o Presidente cumprimentou os Conselheiros nominalmente.

De igual forma, ao saudar o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Ajufe, cumprimentou os magistrados presentes.

Igualmente, saudou o Dr. Luiz Claudio Silva Allemand, Representante do Conselho Federal da OAB.

Cumprimentou, ainda, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Representante do Ministério Público Federal.

Saudou adicionalmente a Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal.

Cumprimentou, também, os advogados presentes.

De igual modo, estendeu os cumprimentos aos servidores do Conselho da Justiça Federal.

Na sequência, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal.

Logo após, submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada, nos termos lavrados.

00001 - Processo: 0001610-40.2019.4.90.8000 - SGO - Planejamento de

Obras

Tipo da Matéria: Planejamento, Execução, Fiscalização de Obras e Aquisição de Imóveis na Justiça Federal

Partes: Justiça Federal (Interessado)

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 179/2011.

O Colegiado Julgamento - Sessão CJF, por unanimidade, DECIDIU APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CJF N. 179/2011, nos termos do voto do Relator.

Presentes: Presidente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Vice-Presidente e Corregedora-Geral da Justiça Federal Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Ministra ISABEL GALLOTTI, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Presidente Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES, Presidente Desembargador Federal ANDRÉ FONTES, Presidente Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA, Presidente Desembargador Federal THOMPSON FLORES e Presidente Desembargador Federal MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT.

00002 - Processo: 0002131-12.2019.4.90.8000 - PRES - Normatização

Tipo da Matéria: Assistência Judiciária Gratuita - AJG

Partes: Justiça Federal (Interessado)

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 305/2014, que dispõe sobre o cadastro e a nomeação de profissionais e o pagamento de honorários a advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da Justiça Federal e da jurisdição federal delegada.

O Colegiado Julgamento - Sessão CJF, por unanimidade, DECIDIU APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CJF N. 305/2014, nos termos do voto do Relator.

Presentes: Presidente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Vice-Presidente e Corregedora-Geral da Justiça Federal Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Ministra ISABEL GALLOTTI, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Presidente Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES, Presidente Desembargador Federal ANDRÉ FONTES, Presidente Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA, Presidente Desembargador Federal THOMPSON FLORES e Presidente Desembargador Federal MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT.

00003 - Processo: 0000417-37.2019.4.90.8000 - SPO - Programação

financeira

